



Boletim PNAD
Resultados da PNAD 2012
Condições de moradia
Agosto de 2014

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

**Superintendência de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI)**
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)
Roberto Maximiano Pereira

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Lucigleide Nery Nascimento
Guillermo Javier Pedreira Etkin

**Coordenação de Biblioteca e
Documentação (Cobi)**
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

**Coordenação de Disseminação de
Informações (Codin)**
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Calixto Sabatini

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Ilustração de capa
Stock.xchn/Billy Alexander

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / Superintendência de
Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2014 -).
— Salvador : SEI, 2014.

v.1
n.1

Trimestral
ISSN

CDU 304 (047)

RESULTADOS DA PNAD 2012 – CONDIÇÕES DE MORADIA

APRESENTAÇÃO

O presente boletim temático da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) analisa a condição da moradia no estado da Bahia com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período compreendido entre 2006 e 2012. Em síntese, houve melhoria nas condições de moradia no território baiano no referido período. Investigou-se nos domicílios: tipo de habitação, condição da ocupação, material predominante na cobertura e na construção das paredes externas, acesso a serviços básicos (energia e saneamento) e a existência de bens duráveis.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a moradia é um dos direitos sociais. E segundo a Constituição do Estado da Bahia de 1989, compete ao Estado a promoção da construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento.

MORADIA NA BAHIA NO PERÍODO 2006 A 2012

Em 2006, foram contabilizados 3.925 mil domicílios na Bahia, sendo que esse número subiu para 4.718 mil em 2012. Isso significa um acréscimo de 793 mil domicílios no período entre 2006 e 2012. Ao focar a análise, em 2006, assim como em 2012, os domicílios eram majoritariamente localizados em zonas urbanas. Em 2006, 2.739 mil domicílios eram urbanos, e em 2012, este número aumentou para 3.554 mil. Aproximadamente 30% (1.186 mil) do total de domicílios do estado (3.925 mil) estava localizado no meio rural em 2006. Esse percentual caiu para 24,69% (1.165 mil) do total de domicílios da Bahia (4.718 mil) em 2012.

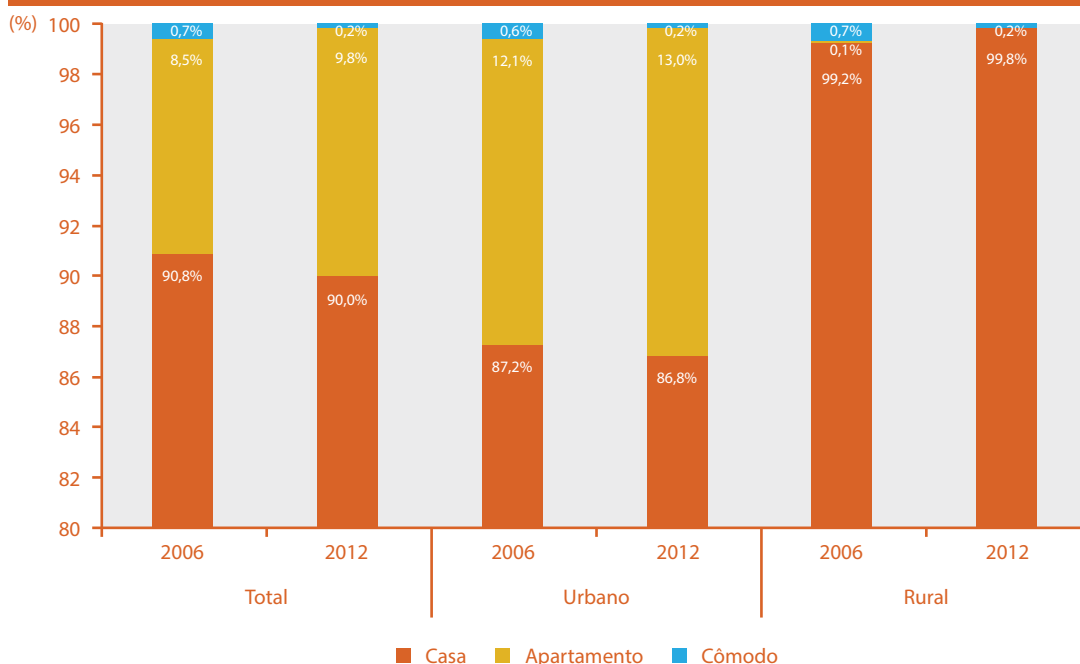
Tipo de habitação

Observa-se no Gráfico 1, para o total da Bahia, que entre os três tipos de habitação (casa, apartamento e cômodo), em 2006, 90,8% dos domicílios eram casas (3.565 mil). Apenas 8,5% eram apartamentos (333 mil). O percentual de cômodos estava um pouco abaixo de 1% (26 mil).

Em 2012, o número de casas na Bahia aumentou para 4.246 mil, porém, em termos percentuais, sofreu um decréscimo de pouca magnitude, passando de 90,8% do total dos tipos de habitação em 2006 para 90,0% em 2012. Cresceu o percentual dos que residiam em apartamento, de 8,5% em 2006 para 9,8% em 2012. Já o percentual dos que moravam em habitação do tipo cômodo diminuiu de 0,7% em 2006 para 0,2% em 2012.

Na área urbana baiana, percebe-se que o percentual dos que residiam em habitações do tipo casa sofreu uma pequena

Gráfico 1
Domicílio segundo tipo de habitação – Bahia – 2006/2012



Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

diminuição entre os anos de 2006 e 2012. Em 2006, esse índice era de 87,2%, e em 2012, de 86,8%. Na área rural, a presença de domicílios do tipo casa era quase universal para os anos de 2006 (99,2%) e 2012 (99,8%).

Espécie: condição da ocupação

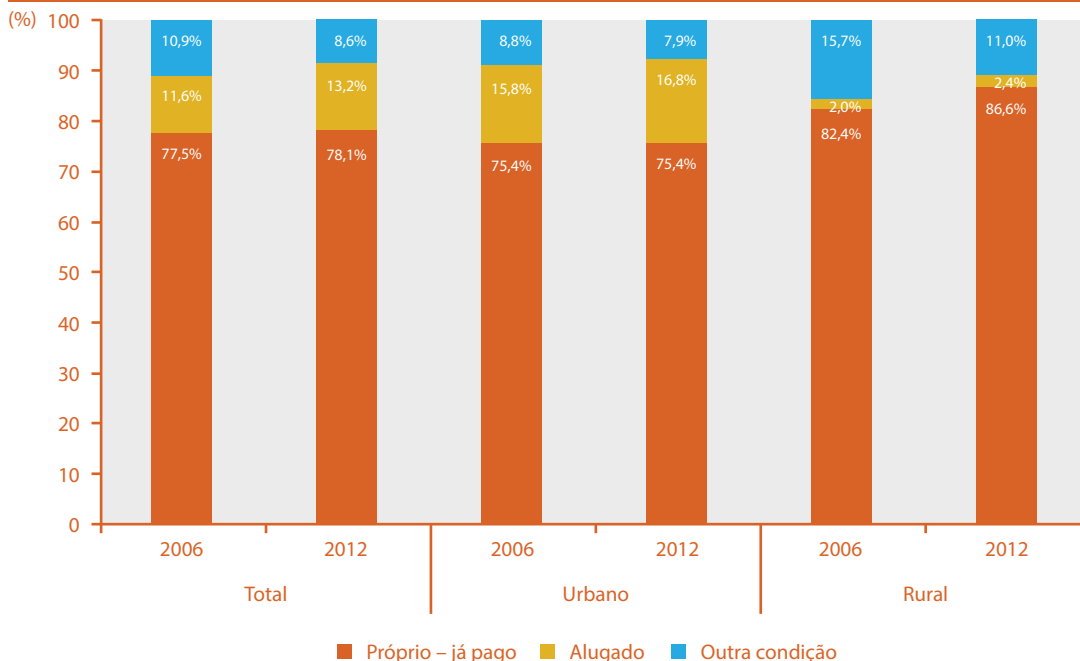
No período analisado, na Bahia, aumentaram os domicílios na condição próprio - já pago. Em 2006, o número de habitações nessa situação era de 3.041 mil, passando para 3.687 mil em 2012. Observa-se que, em termos percentuais, o índice sofreu uma elevação modesta de 0,6 ponto percentual, passando de 77,5% em 2006 para 78,1% em 2012. A Bahia deu um passo positivo com a elevação do número de domicílios próprios, como mostra o Gráfico 2.

Entre 2006 e 2012, os domicílios alugados na Bahia preenchem a segunda posição em relação à condição da ocupação, seguidos por cedidos de outra forma. Em 2006, 11,6% (457 mil) dos domicílios eram alugados, e em 2012, ocorreu uma ampliação do percentual para 13,2% (625 mil). A condição cedido de outra forma sofreu queda e passou de 6,0% (236 mil) em 2006 para 4,2% (198 mil) em 2012. Essa redução pode significar uma formalização na condição da ocupação.

Os domicílios na situação próprio - já pago propiciavam a maior forma de condição de ocupação na zona urbana baiana, atingindo o mesmo índice (75,4%) em 2006 e 2012. Essa categoria era seguida por alugados – 15,8% em 2006 e 16,8% em 2012 – e cedido de outra forma – (5,6%) em 2006 e 4,1% em 2012.

Para a zona rural do estado da Bahia, o percentual de domicílios na condição próprio - já pago foi de 82,4% em 2006 para 86,6% em 2012. Percebe-se que o índice dos domicílios na situação cedido pelo empregador era maior na zona rural do que na urbana para o período em análise. No meio rural, em 2006, esse percentual era de 8,4%, e foi para 5,9% em 2012. Na zona urbana, como mencionado acima, era de 5,6% em 2006 e 4,1% em 2012. Já a condição cedido de outra forma, para o meio rural, era de 6,9% em 2006 e 4,4% em 2012.

Gráfico 2
Domicílios segundo condição da ocupação – Bahia – 2006/2012



Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

Material predominante na cobertura

Na Bahia, em 2006, dos 3.925 mil domicílios, 81,7% (3.204 mil) possuíam a telha como material predominante na cobertura, enquanto 684 mil habitações (17,4%) eram cobertas por laje de concreto. Apenas 0,9% (36 mil) possuíam telhado com prevalência de outro material, como madeira aparelhada, zinco, madeira aproveitada, palha e outros, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1
Domicílios segundo material predominante na cobertura – Bahia – 2006/2012

(Em milhares)

Material predominante na cobertura (telhado) do domicílio	2006						2012					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%
Telha	3.204	81,7	2.037	74,4	1.168	98,5	3.850	81,6	2.695	75,8	1.156	99,2
Laje de concreto	684	17,4	680	24,8	4	0,4	841	17,8	834	23,5	7	0,6
Outro material (1)	36	0,9	22	0,8	14	1,2	27	0,6	25	0,7	2	0,2

Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

(1) Compreende madeira aparelhada, zinco, madeira aproveitada, palha e outro material.

Para o estado da Bahia, em 2012, apesar do acréscimo no número de domicílios em relação a 2006, em termos percentuais, não ocorreu alteração significativa no tipo de material dominante utilizado no telhado. O predomínio das coberturas de telha permaneceu, com um total de 81,6% (3.850 mil), seguido pelos telhados categorizados como laje de concreto, com 17,8% (841 mil), e outro material, com apenas 0,6% (27 mil).

Quando a análise é feita separadamente para os domicílios urbanos e rurais, a participação das contribuições das coberturas é alterada em relação aos percentuais totais encontrados para o estado. Em 2006, na zona urbana, havia um percentual de 74,4% de cobertura de telha, enquanto que, para o total do estado, era de 81,7%. Também na zona urbana,

em 2006, era maior a contribuição dos imóveis cobertos por laje de concreto (24,8%) do que para o total do estado, que era de apenas 17,4%. Em 2012, na zona urbana, 75,8% das coberturas dos domicílios eram de telha, contra 81,6% para o estado. O índice era de 23,5% para laje de concreto na área urbana e 17,8% para o total do estado.

Entre os domicílios da zona rural, existia quase uma universalização do uso da telha como material de cobertura. Em 2006, 98,5% (1.168 mil) e, em 2012, 99,2% (1.156 mil) das habitações eram cobertas por esse componente. Houve uma melhora nas condições de cobertura das moradias da zona rural, pois em 2006, 1,2% dos domicílios possuíam outro material na cobertura, e em 2012, esse número caiu para 0,2% (2 mil).

Material predominante na construção das paredes externas do domicílio

Observa-se na Tabela 2 que, em 2006 e 2012, para o total dos domicílios do estado da Bahia, assim como para as habitações localizadas nas zonas urbanas e rurais, predominavam as paredes externas construídas com material de alvenaria.

Tabela 2
Domicílios segundo material predominante na construção das paredes externas – Bahia – 2006/2012
(Em milhares)

Material	2006						2012					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%
Alvenaria	3.788	96,5	2.680	97,8	1.108	93,5	4.626	98,0	3.528	99,3	1.098	94,3
Madeira aparelhada	15	0,4	8	0,3	7	0,6	9	0,2	5	0,1	4	0,3
Taipa não revestida	63	1,6	12	0,4	52	4,4	33	0,7	7	0,2	26	2,2
Outro material (1)	58	1,5	39	1,4	19	1,6	50	1,1	13	0,4	37	3,2

Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

(1) Inclui madeira aproveitada, palha e outro material.

No estado da Bahia, em 2006, o segundo material dominante na construção das paredes externas do domicílio era a taipa não revestida, com um índice de 1,6% (63 mil), seguida pela categoria outro material, com 1,5% (58 mil). Em 2012, a categoria outro material assumiu a segunda posição, com 1,1%. Essa classe inclui madeira aproveitada, palha e outro material. Houve uma melhoria na qualidade das habitações quando se comparam os anos de 2006 e 2012. Ocorreu um acréscimo no percentual dos domicílios construídos com material de alvenaria, passando de 96,5% para 98,0%. O aumento foi de 1,5 ponto percentual. Para o mesmo período, revelou-se decréscimo no índice das categorias de materiais considerados inferiores, como taipa não revestida e outro material. O tipo taipa não revestida mostrou a maior redução, caindo de 1,6% para 0,7%.

As zonas urbanas foram as que mais contribuíram para o percentual total de paredes externas construídas com material de alvenaria, com índices acima de 97% – respectivamente, 97,8% em 2006 e 99,3 em 2012. Porém, os percentuais das zonas rurais ficaram, também, próximos de uma universalização do uso desse tipo de material, com 93,5% em 2006 e 94,3% em 2012.

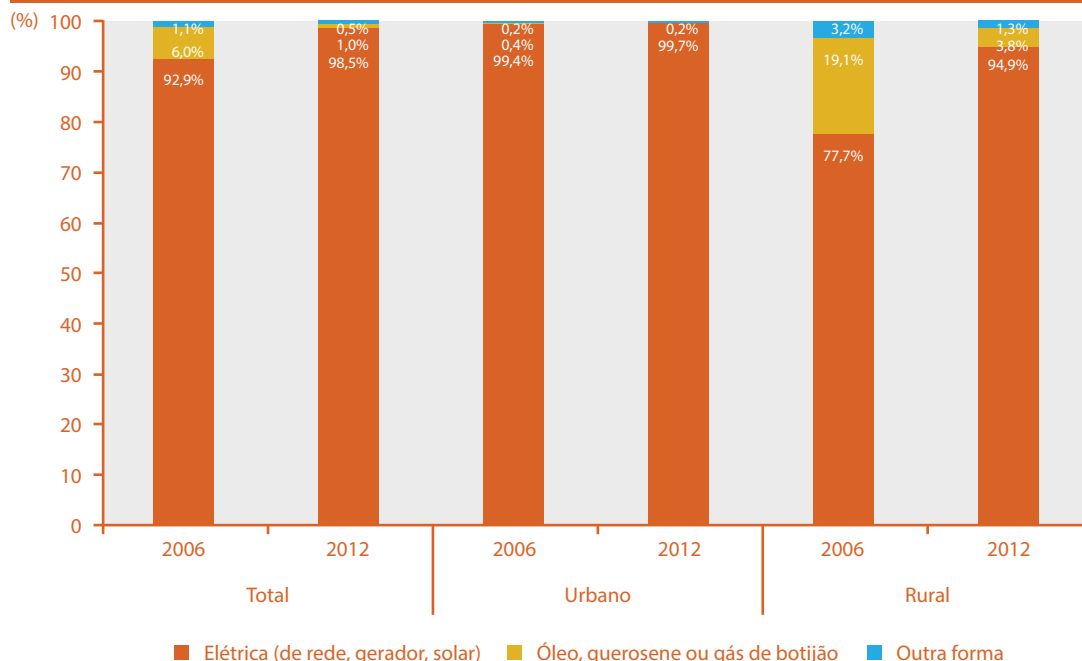
Ainda sobre a interpretação dos dados para a zona urbana, houve uma redução no uso de outro material (madeira aproveitada, palha e outro material), diminuindo a precariedade do tipo dos materiais utilizados na construção das paredes externas dos domicílios. Em termos percentuais, o índice foi de 1,4% em 2006 para 0,4% em 2012. Porém, no meio rural, aumentou o uso de outro material, com o acréscimo de 1,6% para 3,2%.

Acesso a serviços básicos: energia e saneamento

Energia

Na Bahia, ocorreu um avanço no acesso a iluminação elétrica (de rede, gerador, solar) dos domicílios em 2012, com um percentual de 98,5%, ante 92,9% em 2006. Em 2012, 4.650 mil domicílios eram servidos por fontes elétricas de iluminação. O avanço decorreu da melhoria do acesso dos domicílios do meio rural, que, em 2006, eram 77,7%, e em 2012, 94,9%, conforme o Gráfico 3. Em contrapartida, a queda mais acentuada ocorreu na utilização da forma de iluminação que envolve óleo, querosene ou gás de botijão, que passou de 19,1% em 2006 para 3,8% em 2012.

Gráfico 3
Domicílios segundo forma de iluminação – Bahia – 2006/2012



Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

A zona urbana já apresentava, desde 2006, um total próximo da universalização do acesso dos domicílios a iluminação elétrica, com índices de 99,4% em 2006 e 99,7% em 2012.

Saneamento

Em relação a saneamento, a PNAD investigou, por domicílio, a existência ou não de água canalizada, a origem dos recursos hídricos, a forma de escoamento do banheiro ou sanitário e o destino dos resíduos sólidos provenientes.

Água

A Tabela 3 demonstra o avanço, no estado da Bahia, do abastecimento de água em 2012, quando o índice de domicílios com canalização interna atingiu 89,8%, ante 77,4% em 2006. O percentual de domicílios sem canalização interna caiu de 22,6% em 2006 para 10,2% em 2012. O avanço decorreu principalmente da melhoria da forma de abastecimento no meio rural.

A zona urbana está próxima da universalização do abastecimento de água com canalização interna. Em 2012, esse serviço englobava 97,6% dos domicílios urbanos, frente a 92,9% em 2006. As habitações da zona urbana estão principalmente ligadas à rede geral de distribuição, que em 2012 atingiu o índice de 94,8% de cobertura. Dos 7,1% que não possuíam canalização interna em 2006, 4,5% contavam, principalmente, com a rede geral de distribuição. Em 2012, o percentual dos que não tinham canalização interna caiu para apenas 2,4%.

Tabela 3
Abastecimento de água nos domicílios – Bahia – 2006/2012

(Em milhares)

Forma de abastecimento de água	2006						2012					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%
Com canalização interna	3.037	77,4	2.544	92,9	492	41,5	4.236	89,8	3.470	97,6	766	65,8
Rede geral de distribuição	2.794	71,2	2.492	91,0	302	25,5	3.808	80,7	3.370	94,8	438	37,6
Poço ou nascente	235	6,0	50	1,8	185	15,6	399	8,5	97	2,7	302	25,9
Outra proveniência	8	0,2	2	0,1	5	0,5	29	0,6	3	0,1	26	2,2
Sem canalização interna	888	22,6	194	7,1	693	58,5	482	10,2	84	2,4	399	34,2
Rede geral de distribuição	230	5,9	123	4,5	106	9,0	96	2,0	28	0,8	68	5,8
Poço ou nascente	345	8,8	19	0,7	325	27,4	184	3,9	18	0,5	166	14,2
Outra proveniência	313	8,0	51	1,9	262	22,1	202	4,3	37	1,0	165	14,2

Fonte: IBGE – PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

No meio rural, avanços ocorreram em relação à ampliação da forma de abastecimento de água com canalização interna. O índice aumentou de 41,5% em 2006 para 65,8% em 2012. Em 2012, foi reduzido o percentual dos domicílios sem canalização interna que faziam uso da rede geral de distribuição e principalmente de poços ou nascentes e que obtinham água através de outra proveniência. Ocorreu uma diminuição de 24,3 pontos percentuais no índice dos que não tinham canalização interna entre 2006 e 2012.

Esgoto

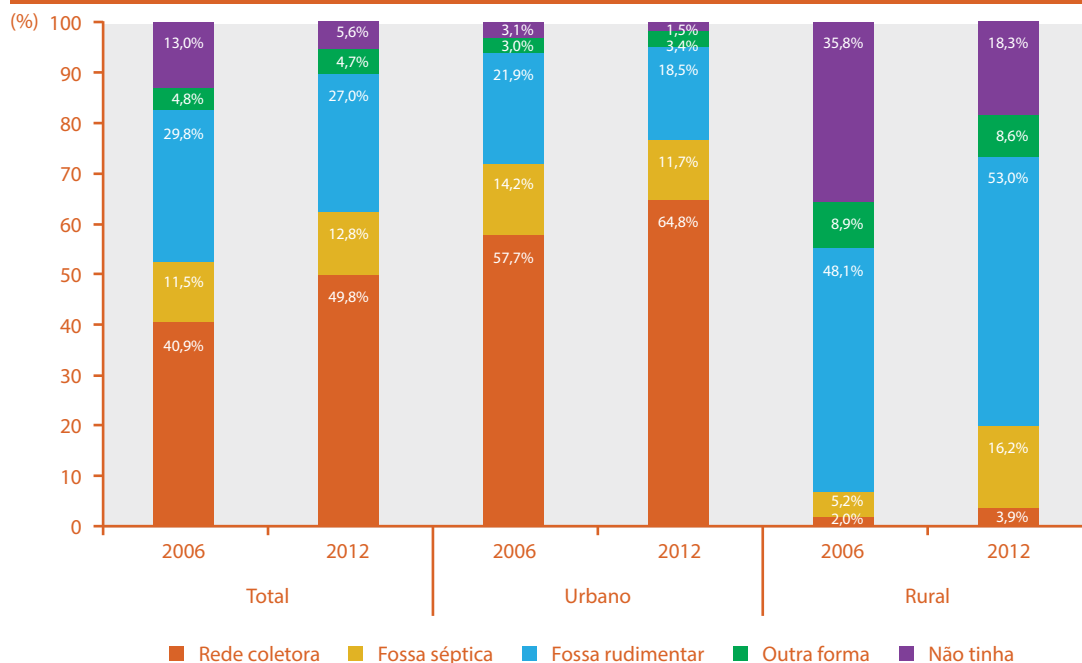
Em termos de coleta e tratamento, a precariedade do sistema de esgotamento sanitário é um problema no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Na Bahia, em 2006, menos da metade dos domicílios (40,9%) estavam conectados a uma rede coletora de esgoto ou pluvial. Esse índice aumentou para 49,8% em 2012 (Gráfico 4). A fossa rudimentar era em 2006, e permaneceu em 2012, como o segundo tipo de esgotamento sanitário mais utilizado, com respectivamente 29,8% e 27,8%. Foi reduzido o percentual de domicílios que não possuíam esgotamento sanitário. Em 2006, o índice era de 13,0% e caiu para 5,6% em 2012.

A rede coletora de esgoto ou pluvial predominava como tipo de esgotamento sanitário na zona urbana do estado da Bahia, tanto em 2006 quanto em 2012, com, respectivamente, 57,7% e 64,8%. A fossa rudimentar e a séptica despontaram na segunda e na terceira posição como tipo de esgotamento sanitário nos domicílios urbanos baianos.

Ao focar a análise na zona rural, observa-se a predominância da fossa rudimentar. Em 2006, esse índice era de 48,1% dos domicílios e aumentou para 53,0% em 2012. É importante destacar a queda significativa no percentual dos que não tinham esgotamento sanitário nos domicílios. A proporção foi reduzida em 17,5 pontos percentuais, de 35,8% para 18,3% entre 2006 e 2012.

No meio rural, ocorreu um aumento acentuado na utilização da fossa séptica, passando de 5,2% dos domicílios para 16,2% no período em análise. Esse tipo se subdivide em fossa séptica ligada e não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial. O aumento mais acentuado aconteceu na categoria não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial, que passou de 5,1% para 15,2%.

Gráfico 4
Esgotamento sanitário nos domicílios – Bahia – 2006/2012



Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

Destino do lixo

Em 2012, o lixo de 65,2% dos domicílios na Bahia era coletado diretamente. Esse índice ultrapassou o de 2006, que era de apenas 55,5%. O segundo destino mais utilizado para o lixo no estado era a categoria queimado ou enterrado na propriedade, com o percentual de 19,3% em 2006 e 18,0% em 2012. Esse índice foi seguido de perto pelo destino coletado indiretamente, com, respectivamente, 17,1% em 2006 e 13,4% em 2012, como revela a Tabela 4.

Tabela 4
Domicílios segundo o destino do lixo – Bahia – 2006/2012

(Em milhares)

Destino do lixo	2006						2012					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%
Coletado diretamente	2.179	55,5	1.993	72,8	186	15,7	3.077	65,2	2.852	80,2	225	19,3
Coletado indiretamente	673	17,1	640	23,4	32	2,7	632	13,4	603	17,0	29	2,5
Queimado ou enterrado na propriedade	758	19,3	53	1,9	706	59,5	852	18,0	59	1,7	793	68,0
Jogado em terreno baldio ou logradouro	307	7,8	50	1,8	257	21,7	152	3,2	37	1,1	115	9,8
Jogado em rio, lago ou mar	5	0,1	3	0,1	2	0,2	5	0,1	2	0,1	2	0,2
Outro destino	2	0,1	-	-	2	0,2	2	0,0	0	0,0	2	0,1

Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

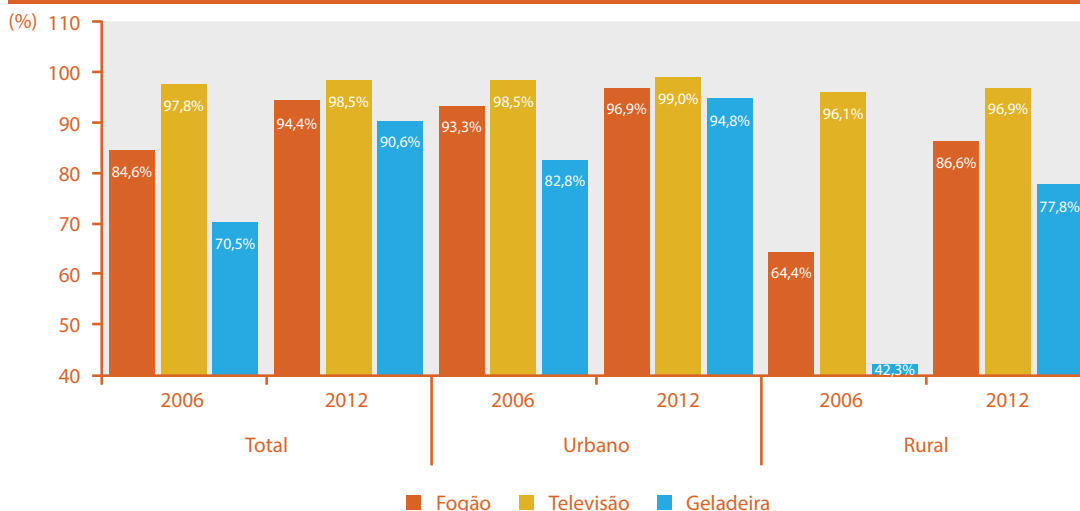
Na zona urbana, o percentual do lixo coletado diretamente ultrapassa os índices encontrados para o total do estado. Em 2006, esse percentual era de 72,8% e em 2012 chegou a 80,2%. Quase um quarto (23,4%) do lixo urbano era coletado indiretamente em 2006. Esse percentual diminuiu para 17,0% em 2012.

Em contrapartida, na zona rural, o lixo era majoritariamente queimado ou enterrado na propriedade. Em 2006, esse índice foi de 59,5%, e em 2012, de 68,0%. Outro destino convencional em 2006 era jogar o resíduo sólido em terreno baldio ou logradouro, atingindo um índice de 21,7%. Em 2012, essa segunda posição foi ocupada pelo destino coletado diretamente, com 19,3%. Entre 2006 e 2012 aumentou o percentual do lixo cujo destino era a categoria queimado ou enterrado na propriedade e diminuiu o lixo jogado em terreno baldio ou logradouro.

Existência de bens duráveis nos domicílios

Predominava na Bahia, nesta ordem, a existência de televisão, fogão e geladeira como principais bens duráveis nos domicílios. A caminho da universalização, a proporção dos domicílios que possuíam televisão se aproximava de 98%, com 97,8% em 2006 e 98,5% em 2012. O índice das residências com fogão aumentou para 94,4% em 2012, ante 84,6% em 2006. Porém, entre os três bens duráveis com maior predominância nos domicílios baianos, a geladeira apresentou crescimento mais acentuado, de 20,1 pontos percentuais, passando de 70,5% para 90,6%, como pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5
Existência de bens duráveis nos domicílios – Bahia – 2006/2012



Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

Como revela a Tabela 5, outro fato que merece ser considerado é a existência de máquina de lavar roupa, que mais do que duplicou a participação nos domicílios baianos no período entre 2006 e 2012, passando de 11,7% para 25,4%.

O avanço no acesso a iluminação elétrica (de rede, gerador, solar) na zona rural possivelmente influenciou o aumento do percentual dos domicílios com geladeira. Em 2006, o índice correspondia a 42,3%, enquanto que em 2012 esse percentual passou para 77,8%. Mas a proporção também aumentou nos domicílios da zona urbana, de 82,8% em 2006 para 94,8% em 2012.

Avanços também ocorreram no estado em relação à existência de bens duráveis relacionados à tecnologia e à inclusão digital. O acesso a computadores quase que triplicou entre 2006 e 2012, passando de 10,7% no início do período analisado para 31,6% no final. Em 2006, 71,4% desses computadores estavam conectados à internet. Essa proporção aumentou em 2012, chegando a 87,6%. A ligação com a rede mundial de computadores sofreu acréscimo principalmente na zona rural, que, apesar de possuir um número menor de computadores, em termos percentuais, estava mais ligada à internet, com índices de 17,6% em 2006 e 60,2% em 2012.

Na Bahia, para o período compreendido entre 2006 e 2012, ocorreu um aumento acentuado no percentual de acesso ao telefone móvel celular. Em 2006, 42,1% dos domicílios

Tabela 5
Existência de bens duráveis nos domicílios – Bahia – 2006/2012

(Em milhares)

Bens duráveis	2006						2012					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%	Domi- cílio	%
Fogão	3.319	84,6	2.555	93,3	764	64,4	4.453	94,4	3.445	96,9	1.008	86,6
Televisão	3.837	97,8	2.697	98,5	1.140	96,1	4.647	98,5	3.518	99,0	1.128	96,9
Geladeira	2.768	70,5	2.267	82,8	502	42,3	4.274	90,6	3.368	94,8	906	77,8
Máquina de lavar roupa	459	11,7	443	16,2	16	1,3	1.199	25,4	1.135	31,9	64	5,5
Computador	418	10,7	407	14,9	11	0,9	1.489	31,6	1.432	40,3	57	4,9
Computador com acesso à internet	298	71,4	296	72,8	2	17,6	1.304	87,6	1.270	88,7	34	60,2
Telefone móvel celular	1.652	42,1	1.506	55,0	145	12,3	3.890	82,4	3.183	89,6	707	60,7
Telefone fixo	2.273	28,8	1.232	39,8	1.041	3,2	828	24,0	370	30,7	458	3,4

Fonte: IBGE – PNAD 2006 e 2012. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

possuíam esse bem durável, e em 2012, esse índice passou a ser de 82,4%. Ao mesmo tempo, ocorreu uma queda na presença de telefone fixo nos domicílios do estado, que em 2012 era de 24,0%, ante 28,8% em 2006.

A ampliação no acesso a telefone móvel celular aconteceu na zona urbana assim como na rural. No meio urbano, o percentual de domicílios com esse bem de consumo durável aumentou de 55,0% em 2006 para 89,6% em 2012. No meio rural, o índice passou de 12,3% para 60,7%. Mas a redução na presença do telefone fixo foi mais significativa na zona urbana, onde era mais presente. O índice passou de 39,8% em 2006 para 30,7% em 2012. Na zona rural ocorreu um tímido aumento, de 3,2% para 3,4%, para o mesmo intervalo de tempo.

CONCLUSÕES FINAIS

Entre 2006 e 2012, no estado da Bahia, ocorreram performances favoráveis na condição da moradia em diversos aspectos, inclusive nas características dos domicílios. Houve um acréscimo no percentual de domicílios com paredes externas construídas com material de alvenaria (de 96,5% para 98,0%) e diminuiu o uso da taipa não revestida (de 1,6% em 2006 para 0,7% em 2012). Aumentou o percentual de domicílios na condição próprio - já pago, e diminuiu o índice dos que residiam em cômodos.

Para o período em análise, em relação à fonte de energia, a zona urbana já se apresenta próxima da universalização do acesso dos domicílios a iluminação elétrica. O desafio permanece na zona rural.

No estado da Bahia, ocorreu um avanço no abastecimento de água nos domicílios, com o aumento do índice de canalização interna. Em contrapartida, o percentual de domicílios sem canalização interna caiu, com a contribuição significativa do meio rural para essa mudança. Para outros aspectos pautados em saneamento, na Bahia, em 2012, o lixo de apenas 65,2% dos domicílios era coletado diretamente. Esse tipo de destino na zona rural era ainda mais escasso. E ainda estão abaixo do percentual de 50% (49,8%) os domicílios ligados à rede coletora de esgoto ou pluvial.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas de Saneamento 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria do Planejamento